

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2012, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

O Mercado de Seguros

O segmento registrou o montante de R\$ 84,550 bilhões em arrecadação de prêmios de seguros, incluindo o Ramo Saúde. Isso representou expansão de 20,50% em relação ao mesmo período do ano anterior. Especificamente em relação aos segmentos de automóveis e ramos elementares, o mercado de seguros atingiu R\$ 20,613 bilhões, demonstrando crescimento de 12,04%.

Desempenho das Operações de Seguros

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no semestre, faturamento de R\$ 2,241 bilhões (R\$ 1,985 bilhão no primeiro semestre de 2011), representando um crescimento de 12,9%. No ramo de automóveis, a Companhia manteve a política de tarifação pela característica individual de cada segurado (Perfil). Nos ramos elementares, atuou em seguros corporativos e massificados, onde obteve um expressivo crescimento em prêmio de 19,2% na carteira de seguros residenciais, chegando próximo a 1,9 milhão de residências seguradas.

Inovações em Produtos e Serviços

Visando a oferecer a melhor proteção para o patrimônio dos seus segurados, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros busca inovar e aperfeiçoar continuamente o seu portfólio de produtos e serviços. No primeiro semestre de 2012 destacam-se as seguintes ações:

Aplicativo para *iPad* – possibilita ao segurado acessar, de forma rápida e prática, as informações das apólices de seguro Auto e Residencial, tais como coberturas contratadas, demonstrativo financeiro, endossos realizados e até a quantidade de dias que faltam para o vencimento do seguro; e

Bradesco Auto Center (BAC) – inauguração de mais três unidades nas cidades de Osasco, Goiânia e Recife. No Bradesco Auto Center os segurados contam com diversos serviços, tais como atendimento a sinistros, vistoria prévia, retirada de carro reserva, reparo e troca de vidros, entre outros. Um dos benefícios inovadores é a possibilidade de agendamento dos serviços pela *internet* em um *site* exclusivo, www.bradescoautocenter.com.br ou pela Central de Atendimento, proporcionando mais conforto e comodidade para os segurados. As demais unidades do centro automotivo estão distribuídas pelo País nas seguintes cidades: Belo Horizonte, Curitiba, Joinville, Natal, Porto Alegre, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Santo André e São Paulo.

Resultado do Semestre

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no primeiro semestre de 2012, Lucro Líquido de R\$ 75,388 milhões (R\$ 83,117 milhões no primeiro semestre de 2011).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Auto/RE, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O saldo do lucro líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Eventos Societários

Por meio de instrumento particular de compra e venda de ações, celebrado em 7 de maio de 2012, a Companhia alienou integralmente sua participação na empresa Atlântica Companhia de Seguros para Bradesco Seguros S.A. pelo valor patrimonial. Mais informações sobre eventos societários constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Reconhecimento

Pelo terceiro ano consecutivo, o seguro residencial da Bradesco Auto/RE foi considerado a “Escolha Certa” em levantamento realizado pela *ProTeste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor*. Na avaliação final, em que foram analisados seis perfis de propostas de seguros e algumas coberturas adicionais, a Companhia obteve a melhor nota entre as 13 empresas participantes. A Bradesco Auto/RE foi a única Seguradora a obter nota máxima em três itens de cobertura: incêndio, queda de raio e explosão; furto ou roubo e privação temporária do uso da habitação. A pesquisa teve os seus resultados apresentados na edição de junho da revista Dinheiro & Direitos, publicada mensalmente pela ProTeste – organização da sociedade civil de interesse público, fundada com o objetivo de informar, orientar e defender o consumidor no Brasil e contribuir para a evolução do mercado de consumo.

Responsabilidade Socioambiental

Reciclagem Automotiva – Com o objetivo de evitar o abandono de sucatas e peças substituídas, a Companhia estabeleceu parceria com empresas especializadas na coleta destes itens para processos de Reciclagem Automotiva. O Programa consiste no recolhimento de peças substituídas nas oficinas e veículos sem condições de circulação, dando assim a destinação correta aos diversos tipos de materiais (ferro, plástico, alumínio e borracha), preservando o meio ambiente e gerando renda para diversas famílias (catadores, recicladores, siderúrgicas e indústrias), demonstrando assim que é uma Seguradora comprometida com ações socioambientais. A coleta de sucatas automotivas atua em quase todo o País, sendo recolhido, no primeiro semestre de 2012, mais de uma tonelada.

Riscos: operacional, crédito, mercado e subscrição

O Grupo Bradesco Seguros e Previdência, em linha com os modelos adotados nos mercados Nacional e Internacional e em atendimento à legislação vigente, estruturou uma área independente de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos que atende às melhores práticas de Governança Corporativa.

Estão inseridas, nesse contexto, as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de Políticas Corporativas, Normas Internas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição aos riscos.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e Previdência reúne-se trimestralmente com a atribuição de aprovar estratégias, definir diretrizes, normas e procedimentos, bem como homologar os assuntos relevantes relacionados à Gestão de Riscos, visando ao processo de mitigação dos eventos de perdas de acordo com a especificidade de cada risco.

O Grupo Bradesco Seguros e Previdência mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e um capital adicional para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado e operacional. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a todos os riscos previstos na legislação, o capital mínimo requerido deverá ser o maior valor entre a soma do capital base com o capital adicional e a margem de solvência, calculada por meio de resolução específica.

Governança Corporativa

O Grupo Bradesco Seguros e Previdência vem aperfeiçoando, a cada dia, seu sistema de gestão, com o objetivo de estar sempre em linha com as Melhores Práticas de Governança Corporativa, agindo com transparência e respeito, levando a efeito a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Para isso, possui Comitês formalmente constituídos que suportam as operações e conferem transparência na busca constante dos mais elevados padrões de integridade e comportamento ético. Conta também com Códigos de Conduta Ética, disponibilizados a todos os públicos de interesse, resultado do compromisso constante em promover e definir com clareza as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Destaca-se o ELC – *Entity Level Controls*, que se constitui em um conjunto de melhores práticas de avaliação do nível de governança corporativa, com o propósito de mensurar o entendimento, aderência e comunicação dos temas que compõem o ambiente de controle do Grupo.

Controles Internos e Compliance

Durante o semestre, com base na política corporativa definida e visando atender as determinações legais sobre o tema, a Bradesco Auto/RE prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros e Previdência. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, são regularmente aplicados, em conformidade com os principais frameworks de controles como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócio e tecnologia.

Quanto à Lei Sarbanes-Oxley, a Bradesco Auto/RE vem obtendo a certificação anualmente, ratificando a efetividade e eficácia dos controles que suportam a emissão das Demonstrações Contábeis. Destacam-se os benefícios em ambiente corporativo, resultantes do cumprimento da citada Lei, representados pela difusão da importância da cultura de controle.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros e Previdência verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa às áreas afetadas e acompanha o atendimento tempestivo das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais sejam atendidas.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Auto/RE possui o compromisso permanente de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, contribuindo assim com as autoridades governamentais de controle. Outrossim, atua constantemente para assegurar a conformidade às normas e regulamentações, editadas pelos órgãos competentes, relativas ao tema e no relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas.

Diante desse compromisso, durante o semestre, buscou o aprimoramento e a melhoria das ferramentas, dos controles e dos sistemas utilizados, que dão suporte ao processo de comunicação das operações/ocorrências (automáticas e suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Do mesmo modo, desenvolveu, revisou e publicou normativos internos, materiais de apoio e programas de treinamento, visando à constante conscientização do quadro de colaboradores.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Auto/RE, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, combater e identificar ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais e legais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes/crimes de qualquer natureza. Dentro desse contexto, adota procedimentos de controles internos, tais como:

i) a disponibilização de canais de denúncia aos colaboradores e à sociedade, incentivando aqueles que tenham informações sobre operações ou ocorrências com indícios de cometimento desse ato ilícito a fornecê-las à Companhia, garantindo que a denúncia seja mantida sob sigilo; e

ii) acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que possam apresentar irregularidades. Do mesmo modo, desenvolveu, revisou e publicou materiais atinentes ao assunto, estimulando o constante e tempestivo treinamento dos colaboradores da Companhia sobre a matéria.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Auto/RE, com a finalidade de assegurar a continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para relacionamento e atendimento aos clientes, possui Plano de Continuidade de Negócios – PCN. O PCN é um conjunto de estratégias e planos de ação, que são ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade de suas operações.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros e Previdência. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nesta linha, são realizados trabalhos de revisões periódicas nos Sistemas de Informação, assim como são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação. Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política Corporativa de Segurança da Informação, da administração de palestras, da disponibilização de curso e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2012.

*Diretoria***BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)**

	Nota	2012	2011
ATIVO			
Circulante		3.932.703	3.798.296
Disponível		45.840	169.189
Caixa e bancos		33.131	46.396
Equivalente de caixa		12.709	122.793
Aplicações	4	1.497.780	1.578.357
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.159.535	1.043.959
Prêmios a receber	6	1.115.425	996.798
Operações com seguradoras		9.617	15.696
Operações com resseguradoras	7	34.493	31.465
Outros créditos operacionais		62.528	72.391
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	7	681.795	492.312
Títulos e créditos a receber		22.623	19.491
Títulos e créditos a receber		2.736	4.833
Créditos tributários e previdenciários	9	16.023	12.805
Outros créditos		3.864	1.853
Outros valores e bens		62.855	41.996
Bens à venda	8	62.739	41.982
Outros valores		116	14
Despesas antecipadas		55.567	52.932
Custos de aquisição diferidos	17c	344.180	327.669
Seguros		344.180	327.669
Ativo não circulante		3.274.071	2.798.409
Realizável a longo prazo		2.573.857	2.121.502
Aplicações	4	2.266.697	1.809.877
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	65.108	62.267
Títulos e créditos a receber		235.404	240.492
Títulos e créditos a receber		178	265
Créditos tributários e previdenciários	9	82.222	91.601
Depósitos judiciais e fiscais	10	145.610	141.807
Outros créditos a receber		7.394	6.819
Despesas antecipadas		533	794
Custos de aquisição diferidos	17c	6.115	8.072
Seguros		6.115	8.072
Investimentos		589.590	593.861
Participações societárias - financeiras	11	588.833	593.326
Outros investimentos		757	535
Imobilizado	12	35.654	34.296
Imóveis de uso próprio		1.720	1.730
Bens móveis		12.359	12.212
Outras imobilizações		21.575	20.354
Intangível	13	74.970	48.750
Outros intangíveis		74.970	48.750
TOTAL DO ATIVO		7.206.774	6.596.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2012	2011
PASSIVO			
Circulante		4.337.992	3.960.573
Contas a pagar		218.911	278.608
Obrigações a pagar	14	117.893	177.022
Impostos e encargos sociais a recolher		76.951	66.086
Encargos trabalhistas		14.914	11.796
Impostos e contribuições	15	8.210	22.623
Outras contas a pagar		943	1.081
Débitos de operações com seguros e resseguros		258.843	248.246
Prêmios a restituir		6.169	5.683
Operações com seguradoras		10.916	11.580
Operações com resseguradoras	7c	91.327	95.466
Corretores de seguros e resseguros		129.018	128.143
Outros débitos operacionais		21.413	7.374
Depósitos de terceiros	16	61.971	63.787
Provisões técnicas - Seguros	17	3.798.267	3.369.932
Danos		3.798.267	3.369.932
Passivo não circulante		780.108	695.545
Exigível a longo prazo		780.108	695.545
Contas a pagar		104.547	55.309
Tributos diferidos	18	104.547	55.309
Provisões técnicas - Seguros	17	575.478	539.211
Danos		575.478	539.211
Outros débitos		100.083	101.025
Provisões judiciais	19	100.083	101.025
Patrimônio líquido	20	2.088.674	1.940.587
Capital social		1.323.700	1.323.700
Reservas de reavaliação		638	640
Reservas de lucros		570.475	570.475
Ajustes com títulos e valores mobiliários		118.471	45.772
Lucros acumulados		75.390	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.206.774	6.596.705

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
Prêmios emitidos líquidos	25a	2.241.382	1.985.219
Varição das provisões técnicas		(166.060)	(116.002)
Prêmios ganhos		2.075.322	1.869.217
Receitas com emissão de apólices		78.765	82.826
Sinistros ocorridos	25b	(1.501.068)	(1.276.039)
Custos de aquisição	25c	(383.583)	(330.407)
Outras receitas e (despesas) operacionais	25d	(147.386)	(78.811)
Resultado com resseguro	25e	114.831	33.242
Receita com resseguro		225.755	114.822
Despesa com resseguro		(110.924)	(81.580)
Despesas administrativas	25f	(341.573)	(365.015)
Despesas com tributos	25g	(45.107)	(43.022)
Resultado financeiro	25h	180.167	195.446
Resultado patrimonial	11	67.049	39.644
Resultado operacional		97.417	127.081
Ganhos e perdas com ativos não correntes		-	(1)
Resultado antes dos impostos e participações		97.417	127.080
Imposto de renda	26	(7.081)	(21.623)
Contribuição social	26	(4.015)	(12.930)
Participações sobre o resultado		(10.933)	(9.410)
Lucro líquido do semestre		75.388	83.117
Quantidade de ações		180.753	180.753
Lucro por ação - R\$		417,08	459,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do semestre	75.388	83.117
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	10.291	3.894
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(67.049)	(39.644)
Perda na alienação de investimentos	-	1
Lucro líquido ajustado do semestre	18.630	47.368
Variações nas contas patrimoniais (Aumento)/Redução:		
Aplicações financeiras	(376.243)	(295.061)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(115.576)	(98.161)
Outros créditos operacionais	9.863	(30.081)
Ativos de resseguros provisões técnicas	(192.324)	(75.196)
Títulos e créditos a receber	(1.858)	(11.965)
Outros valores e bens	(20.859)	(1.999)
Despesas antecipadas	(2.374)	(1.092)
Custos de aquisição diferidas	(14.554)	(35.200)
Contas a pagar	44.949	14.377
Débitos das operações de seguros e resseguros	10.597	63.416
Depósitos de terceiros	(1.816)	(26.553)
Provisões técnicas - Seguros	464.602	275.880
Outros débitos	(942)	651
Ajustes com títulos e valores mobiliários (PL)	71.670	(38.480)
Caixa líquido consumido pelas operações	(106.235)	(212.096)
Dividendos recebidos	49.858	40.273
Imposto de renda sobre o lucro pago	(9.791)	(12.992)
Contribuição social sobre o lucro pago	(6.203)	(10.565)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(72.371)	(195.380)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(6.034)	(6.992)
Aquisição de investimentos	(222)	(107)
Ativo intangível desenvolvido internamente	(31.835)	(1.976)
Alienação de investimentos	26.527	15
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(11.564)	(9.060)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	200.000
Dividendos pagos	(39.414)	(32.063)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de financiamento	(39.414)	167.937
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(123.349)	(36.503)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	169.189	51.038
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre		

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital (em Aprovação)	Reservas de reavaliação- Imóveis	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.888.563	(764.863)	644	30.790	413.145	17.852	-	1.586.131
Aumento de capital:								
AGE de 25 de janeiro de 2011	-	200.000	-	-	-	-	-	200.000
Portaria SUSEP nº 3.937 25 de fevereiro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital - AGE de 28 de dezembro de 2009	(1.000.000)	1.000.000	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 26 de março de 2010	35.137	(35.137)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 30 de agosto de 2010	200.000	(200.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 25 de janeiro de 2011	200.000	(200.000)	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(2)	-	-	-	2	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(38.641)	-	(38.641)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	83.117	83.117
Saldos em 30 de junho de 2011	1.323.700	-	642	30.790	413.145	(20.789)	83.119	1.830.607
Saldos em 1º de janeiro de 2012	1.323.700	-	640	39.087	531.388	45.772	-	1.940.587
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(2)	-	-	-	2	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	72.699	-	72.699
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	75.388	75.388
Saldos em 30 de junho de 2012	1.323.700	-	638	39.087	531.388	118.471	75.390	2.088.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (Em milhares de reais)**1. Contexto operacional**

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros e Previdência, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros e Previdência, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco, controlador final, em 20 de julho de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 430/12, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reclassificou, em função da adoção inicial dos CPCs 38 e 40, certos títulos e valores mobiliários anteriormente classificados na categoria mantidos até o vencimento para a categoria disponível para venda. Os saldos divulgados anteriores foram reclassificados para fins de comparabilidade como demonstrado abaixo:

	Saldo divulgado anteriormente em junho 2011	Reclassificação	Saldo reclassificado em junho 2011
Ativo			
Ativo não circulante	1.761.178	(20.763)	1.740.415
Aplicações	1.695.889	(34.605)	1.661.284
Títulos e créditos a receber	65.289	13.842	79.131
Créditos tributários e previdenciários	65.289	13.842	79.131
Total do Ativo	1.761.178	(20.763)	1.740.415
Patrimônio líquido	1.851.370	(20.763)	1.830.607
Ajustes com títulos e valores mobiliários	1.851.370	(20.763)	1.830.607
Total do Patrimônio Líquido	1.851.370	(20.763)	1.830.607

b. Base para avaliação e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota nº 2e - Classificação dos contratos de seguro
- As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 9 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota nº 17 - Provisões Técnicas
- Nota nº 19 - Provisões judiciais

e. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Disponível (caixa e equivalentes a caixa)

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

g. Aplicações

A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação, e as ações são contabilizadas na data da transação.

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

v. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

h. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período, e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&FBovespa e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco por meio do *Value at Risk (VaR)*.

i. Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece uma provisão para risco de crédito sobre prêmios a receber direto e sobre créditos a recuperar com resseguradores com base em estudo que apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram certo período de tempo em atraso.

j. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Imóveis: 25 anos
- Móveis, utensílios, máquinas e equipamento: 10 anos
- Equipamentos de informática e veículos: 10 anos
- Benfeitoria em imóveis de terceiros: 5 anos.

k. Ativos intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

l. Outros valores e bens

Outros valores e bens são composto substancialmente por salvados que são estimados com base no valor de realização menos os custos de vendas.

m. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

n. Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos os montantes referentes a comissões relativos a comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices.

o. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

p. Provisões técnicas

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão Complementar de Prêmio (PCP) é constituída mensalmente para complementar a PPNG. Seu valor é estimado com base na diferença, se positiva, entre a média diária das PPNGs no mês-base e o saldo da PPNG no último dia do mês-base, adicionando-se à diferença uma estimativa referente aos casos já vigentes, mas ainda não emitidos.

A Provisão para Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) relativa às operações próprias é calculada atuarialmente para quantificar o montante dos sinistros ocorridos e que não foram avisados pelos segurados. A metodologia tem como fundamento a projeção, com base no comportamento histórico observado para o período de 84 meses, dos futuros pagamentos de sinistros relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo. Ao deduzir do valor projetado o total de Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) estimada caso a caso, obtém-se a provisão IBNR.

A provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros.

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) deve ser constituída, caso constatado déficit na PPNG referente aos riscos em curso, para fazer face às indenizações a ocorrer e despesas relacionadas futuras. Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição.

Outras provisões correspondem às operações de garantia estendida ainda em prazo de garantia do fabricante e à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

i. Operações com o Convênio DPVAT

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

ii. Teste de adequação de passivo ("LAT")

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil (*net carrying amount*) os passivos de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados. Para esse teste, a Companhia utilizou metodologia atuarial que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas de liquidação de sinistros a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As taxas de desconto utilizadas para se trazer os fluxos projetados a valor presente são as taxas a termo livres de risco, correspondentes à garantia oferecida em cada produto, que foram sugeridas pela SUSEP.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia deve registrar a insuficiência como uma despesa no resultado do período e constituir provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base do teste.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 410/10, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**i. Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e, os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais

Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

r. Benefícios a empregados**i. Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias**Plano de contribuição definida**

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está apurado nos FIEs.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

s. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável semestral excedente a R\$ 120, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

continua



O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

t. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e as comissões correspondentes, são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguro, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas (custos de aquisição diferidos).

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

As operações de resseguro mantidas com o IRB Brasil Resseguros S.A. são contabilizadas com base nos movimentos operacionais e financeiros enviados pelo IRB, e as operações mantidas com outros resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pela Administração do Grupo Bradesco Seguros e Previdência.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguros/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora. As atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente adaptadas à realidade do mercado brasileiro.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc., bem como facilitar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum de alto nível, permanente, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e Previdência estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional) define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Superintendência Executiva de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros). Além disso, o LAT (*Liability Adequacy Test*) é realizado semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas adequadas à realidade dos negócios em vigor.

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.
- A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração.
- As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.
- A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:
 - Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros
 - Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), perigos naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades
 - Gerenciamento dos riscos de seguro de bens**
 - A Companhia monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica
 - As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ, e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

c. Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos 6 meses da data-base do cálculo

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Auto	(8.913)	(8.913)
Ramos elementares	(3.145)	(2.360)

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos.

Bruto de Resseguro - 30/06/12				
Região Geográfica	Ramos		DPVAT/	Total (*)
	Auto	Elementares	DPEM	
Centro-Oeste	177.294	23.690	6.169	207.153
Nordeste	294.467	39.943	12.346	346.756
Norte	36.318	8.872	3.570	48.760
Sudeste	648.807	408.127	35.679	1.092.613
Sul	417.351	89.770	11.481	518.602
Total (*)	1.574.237	570.402	69.245	2.213.884

(*) Não inclui o montante de R\$ 27.488 referente a prêmios de riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) e R\$ 10 de retrocessão.

Líquido de Resseguro - 30/06/12				
Região Geográfica	Ramos		DPVAT/	Total
	Auto	Elementares	DPEM	
Centro-Oeste	177.294	22.341	6.169	205.804
Nordeste	294.467	36.553	12.346	343.366
Norte	36.318	8.293	3.570	48.181
Sudeste	648.807	323.313	35.679	1.007.799
Sul	417.351	78.866	11.481	507.698
Total	1.574.237	469.366	69.245	2.112.848

Bruto de Resseguro - 30/06/11				
Região Geográfica	Ramos		DPVAT/	Total (*)
	Auto	Elementares	DPEM	
Centro-Oeste	148.343	19.691	4.866	172.900
Nordeste	254.935	35.603	8.802	299.340
Norte	37.172	8.017	2.707	47.896
Sudeste	627.027	360.449	29.302	1.016.778
Sul	350.459	82.196	9.341	441.996
Total	1.417.936	505.956	55.018	1.978.910

(*) Não inclui o montante de R\$ 6.310 referente a prêmios de riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE).

Líquido de Resseguro - 30/06/11				
Região Geográfica	Ramos		DPVAT/	Total
	Auto	Elementares	DPEM	
Centro-Oeste	148.343	18.170	4.864	171.377
Nordeste	254.935	32.372	8.792	296.099
Norte	37.172	7.465	2.698	47.335
Sudeste	627.027	272.901	29.318	929.246
Sul	350.459	73.441	9.326	433.226
Total	1.417.936	404.349	54.998	1.877.283

d. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

A compra de resseguro tem naturalmente embutido, em sua operação e por mais que as seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual com sede no exterior devem atender à requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor. A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem a Diretoria Executiva, que observa, além dos requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns outros parâmetros na escolha desses parceiros, que minimizam o risco de crédito intrínseco à operação, tais como: *rating* mínimo A- da S&P (ou equivalente) e patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos. Outro aspecto importante nessa gestão de compra de resseguro é o fato de que a Companhia trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

O prêmio cedido em resseguro, em relação ao prêmio emitido total, é relativamente pequeno, cabendo ressaltar que praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, grande parte dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo *rating* mínimo A- da S&P (ou equivalente) e patrimônio superior a US\$1 bilhão, o que, no entendimento da Administração, reduz o nosso risco de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e Previdência e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte do total da carteira de investimentos está concentrada em títulos de renda fixa público como demonstrado abaixo.

30/06/12						
Ativos financeiros - Rating	AAA	AA	BBB	B	Sem rating	Total
A valor justo por meio do resultado ..	1.261.716	204.061	17.524	6.573	4.290	1.494.164
Título de renda fixa privado	343.674	204.061	17.524	6.573	4.290	576.122
Título de renda fixa público	918.042	-	-	-	-	918.042
Disponíveis para a venda	2.266.600	-	-	-	3.713	2.270.313
Título de renda fixa público	2.259.354	-	-	-	-	2.259.354
Título de renda fixa privado	7.246	-	-	-	97	7.343
Título de renda variável	-	-	-	-	3.616	3.616
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	12.709	12.709

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e Previdência e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidações de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrimos altas exigências de liquidez.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercida de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

f. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de preços, moedas e indexadores. Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros e Previdência. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e Previdência quando os limites são relacionados ao segmento de seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio de uma Companhia considerando, ainda, os seus respectivos *hedges*. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações. Exposições de moedas estrangeiras não são significativas nas operações da Companhia e o risco é acompanhado de forma consolidada com as demais empresas do Grupo Bradesco Seguros e Previdência, conforme critério definido em regulamentação vigente.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

		cenário
		Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Fator de Risco		
Índice Bovespa em pontos		53.811
Taxa Prefixada de 1 ano		7,59%
Cupom de IPCA de 1 ano		2,92%

Posição	Fatores de Riscos		
	Taxa de Juros	Índices de Preços	Renda Variável
30/06/2012	(54)	(521)	(22)
Impacto sobre as exposições sujeitas à:	Variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	Variação da taxa dos cupons de índices de preços	Variação do preço de ações

g. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e Previdência e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.
- Mecanismos de controle e monitoramento contínuo**
- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional e consequente abertura e/ou manutenção de rubricas contábeis específicas para o registro e consolidação gerencial dessas perdas
- Assegurar o levantamento e tratamento das perdas identificadas mediante as origens/ causas, para a avaliação, monitoramento, controle e mitigação do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

h. Gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros e Previdência, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado securitário e com a dimensão da exposição a riscos do Grupo.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado diariamente e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros e Previdência mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa. O Grupo Bradesco Seguros e Previdência acompanha de maneira permanente os limites de requeridos (margem de solvência, capital mínimo requerido e capital adicional) pelo respectivo órgão regulador.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	30/06/12	%	31/12/11	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.494.164	39,7	1.344.205	39,7
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	1.306.358	34,7	1.344.205	39,7
Fundos de investimento de terceiros	187.806	4,99	-	-
Títulos de renda variável - Fundos de investimentos	-	-	4	-
Títulos disponíveis para venda	2.270.313	60,3	2.044.029	60,3
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	2.242.545	59,6	2.016.809	59,5
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro	-	-	326	0,01
Títulos de renda variável - Ações	3.616	0,1	3.124	0,09
Títulos de renda fixa - Debêntures	7.246	0,19	6.440	0,19
Títulos de renda fixa - Letras Financeiras do Tesouro - judiciais	16.809	0,45	17.241	0,51
Outras aplicações	97	-	89	-
Total	3.764.477	100	3.388.234	100

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título
Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	30/06/12						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.221.460	47.367	17.772	207.565	1.494.164	1.492.154	2.010
Notas do tesouro nacional	649.090	-	-	15.630	664.720	663.711	1.009
Quotas de fundo de investimento	441.853	-	-	-	441.853	441.853	-
Letras do tesouro nacional	130.517	-	-	7.297	137.814	137.174	640
Letras financeiras do tesouro	-	-	16.578	98.930	115.508	115.373	135
Letras financeiras de emissores privados	-	29.945	-	65.983	95.928	95.790	138
Notas Comerciais	-	5.559	1.194	-	6.753	6.750	3
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	14.716	14.716	14.654	62
Debêntures	-	11.863	-	2.201	14.064	14.087	(23)
Depósito em garantia especial	-	-	-	2.808	2.808	2.762	46
Títulos disponíveis para venda	3.616	-	-	2.266.697	2.270.313	2.071.974	198.339
Notas do tesouro nacional	-	-	-	1.972.566	1.972.566	1.784.193	188.373
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	269.979	269.979	269.979	-
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	-	16.809	16.809	16.788	21
Debêntures	-	-	-	7.246	7.246	34	7.212
Ações	3.616	-	-	-	3.616	883	2.733
Outras aplicações	-	-	-	97	97	97	-
Total	1.225.076	47.367	17.772	2.474.262	3.764.477	3.564.128	200.349

	31/12/11						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.097.012	20.242	48.057	178.894	1.344.205	1.343.579	626
Notas do tesouro nacional	679.107	-	-	22.378	701.485	701.358	127
Letras financeiras do tesouro	147.006	20.242	-	132.209	299.457	299.447	10
Quotas de fundo de investimento	270.895	-	-	-	270.895	270.895	-
Letras financeiras de emissores privados	-	-	28.567	-	28.567	28.525	42
Letras do tesouro nacional	-	-	7.993	6.632	14.625	14.277	348
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	14.026	14.026	13.964	62
Debêntures	-	-	11.497	1.013	12.510	12.494	16
Depósito em garantia especial	-	-	-	2.636	2.636	2.615	21
Ações	4	-	-	-	4	4	-
Títulos disponíveis para venda	229.975	4.177	-	1.809.877	2.044.029	1.965.137	78.892
Notas do tesouro nacional	226.851	-	-	1.789.958	2.016.809	1.946.566	70.243
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	3.851	-	13.390	17.241	17.240	1
Debêntures	-	-	-	6.440	6.440	33	6.407
Ações	3.124	-	-	-	3.124	883	2.241
Letras financeiras do tesouro	-	326	-	-	326	326	-
Outras aplicações	-	-	-	89	89	89	-
Total	1.326.987	24.419	48.057	1.988.771	3.388.234	3.308.716	79.518

c. Cobertura das provisões técnicas
Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	30/06/12	31/12/11
Total das provisões técnicas	(4.373.745)	(3.909.143)
Total a ser coberto	(4.373.745)	(3.909.143)
Parcela correspondente a resseguros contratados (nota 7a)	746.903	554.579
Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos)	906.533	772.878
Depósitos especiais no IRB - Brasil Resseguros S.A.	5.435	6.809
Depósitos judiciais	16.541	16.293
Provisões do convênio DPVAT	128.678	86.603
Títulos de renda fixa - Públicos	2.403.230	2.309.925
Títulos de renda fixa - Privados	251.219	239.751
Ações	3.248	2.802
Total dado em cobertura	4.461.787	3.989.640
Suficiência	88.042	80.497

d. Hierarquia do valor justo
A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	30/06/12			31/12/11		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	152.545	1.341.619	1.494.164	189.458	1.154.747	1.344.205
Notas do tesouro nacional	15.630	649.090	664.720	22.378	679.107	701.485
Quotas de fundos de investimentos	-	441.853	441.853	-	270.895	270.895
Letras do tesouro nacional	21.407	116.407	137.814	14.625	-	14.625
Letras financeiras do tesouro	115.508	-	115.508	152.451	147.006	299.457
Letras financeiras de emissor privado	-	95.928	95.928	-	28.567	28.567
Certificados de depósitos bancários	-	14.716	14.716	-	14.026	14.026
Debêntures	-	14.064	14.064	-	12.510	12.510
Notas comerciais	-	6.753	6.753	-	-	-
Depósito em garantia especial	-	2.808	2.808	-	2.636	2.636
Ações	-	-	-	4	-	4
Disponíveis para venda	1.980.778	289.535	2.270.313	1.817.089	226.940	2.044.029
Notas do tesouro nacional	1.953.107	19.459	1.972.566	1.789.958	226.851	2.016.809
Letras financeiras do tesouro	16.809	-	16.809	17.567	-	17.567
Letras do tesouro nacional	-	269.979	269.979	-	-	-
Debêntures	7.246	-	7.246	6.440	-	6.440
Ações	3.616	-	3.616	3.124	-	3.124
Outros	-	97	97	89	-	89
Total	2.133.323	1.631.154	3.764.477	2.006.547	1.381.687	3.388.234

e. Movimentação das aplicações

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	3.388.234	3.024.675
(+) Aplicações	824.055	790.355
(-) Resgates	(737.764)	(626.533)
(+) Rendimentos	170.502	195.373
(+/-) Ajuste a valor justo	119.450	(64.134)
Saldo em 30 de junho	3.764.477	3.319.736

f. Desempenho e taxas contratadas
A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2012, o desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos e títulos privados, que compõem a carteira de aplicações financeiras atingiu 112,19% no acumulado do período.

5. Instrumentos financeiros derivativos
Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedge), visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

Operação	Quantidade	Data de vencimento	Tipo de compromisso	Valor de referência	
				30/06/12	31/12/11
Fundo de investimento					
Bradesco FIF Negocial	DI1	02/07/2012	Venda	(14.205)	
Bradesco FIF Negocial	DI1	02/01/2015	Venda	(7.347)	
Bradesco FIF Negocial	DI1	02/01/2014	Compra	2.010	
Total FIF RF Negocial				(19.542)	
GBS FIM	DI1	02/07/2012	Compra	324.897	
GBS FIM	IDI	02/07/2012	Compra	1.898	
GBS FIM	IDI	02/07/2012	Venda	(2.063)	
GBS FIM	DI1	02/01/2013	Venda	(281.763)	
GBS FIM	IDI	02/01/2013	Compra	2.645	
GBS FIM	IDI	02/01/2013	Venda	(2.726)	
GBS FIM	DI1	02/01/2014	Compra	62.693	
GBS FIM	DI1	01/07/2014	Venda	(1.881)	
GBS FIM	DI1	02/01/2015	Venda	(63.318)	
GBS FIM	DI1	04/01/2016	Venda	(79.112)	
GBS FIM	DI1	02/01/2017	Compra	70.821	
Total GBS FIM				32.091	
Total				12.549	
Resultado do período				(6.133)	

Operação	Quantidade	Data de vencimento	Tipo de compromisso	Valor de referência	
				31/12/11	30/06/12
Fundo de investimento					
FIF RF Negocial	DI1	02/07/2012	Venda	(7.963)	
FIF RF Negocial	DI1	02/01/2015	Venda	(6.654)	
Total FIF RF Negocial				(14.617)	
GBS FIM	DI1	02/01/2012	Venda	(952.223)	
GBS FIM	DI1	02/07/2012	Compra	705.383	
GBS FIM	DI1	02/01/2013	Compra	459.567	
GBS FIM	DI1	02/01/2014	Venda	(39.622)	
GBS FIM	DI1	02/01/2017	Venda	(9.801)	
GBS FIM	IDI	02/01/2012	Compra	10	
GBS FIM	IDI	02/01/2012	Venda	(11)	
GBS FIM	IDI	02/01/2012	Compra	3	
Total GBS FIM				163.306	
Total				148.689	
Resultado do período				(2.338)	

IDI - Índice de taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (opções de taxas de juros).
DI1 - Contrato futuro de taxa média de depósito interfinanceiro de um dia.

6. Prêmios a receber

a. Ramos de seguro

	30/06/12	31/12/11
Automóvel/RCF	859.947	770.575
Compreensivo residencial	54.216	49.991
Transporte nacional/internacional/RC cargas	49.474	55.015
Compreensivo empresarial	26.933	25.404
Riscos nomeados e operacionais	26.037	37.020
Marítimo/Aeronáutico	23.280	23.066
Riscos diversos	14.541	12.320
Crédito doméstico	5.912	7.391
Responsabilidade civil geral	4.631	4.991
Compreensivo condomínio	4.549	3.748
Riscos de engenharia	1.849	5.770
Outros	73.274	34.236
Prêmios a receber	1.144.643	1.029.527
(-) Redução ao valor recuperável	(29.218)	(32.729)
Total	1.115.425	996.798

b. Faixas de vencimento

	30/06/12	31/12/11
A vencer		
Até 30 dias	527.956	460.080
De 31 a 120 dias	413.172	378.218
Acima de 121 dias	114.772	100.282
Total a vencer	1.055.900	938.580
Vencidos		
Até 30 dias	39.241	40.665
De 31 a 120 dias	10.667	10.577
Acima de 121 dias	38.835	39.705
Subtotal vencidos	88.743	90.947
Redução ao valor recuperável	(23.218)	(32.729)
Total vencidos	59.525	58.218
Total	1.115.425	996.798

Os produtos da Companhia são geralmente oferecidos com parcelamento médio de 10 prestações. Para os bilhetes (Residencial e DPem) o pagamento é à vista.

c. Movimentação dos prêmios a receber

	30/06/12	31/12/11
Saldo inicial em 1º de janeiro (*)	858.357	796.100
(+) Prêmios emitidos	2.270.595	2.108.430
(+) Custo de apólice e IOF	240.584	229.341
(+) Adicional de fracionamento	39.392	38.622

11. Investimentos - Participações societárias

	Atlântica Companhia de Seguros (a)	Brésia Empreendimentos e Participações Ltda.	IRB Brasil Resseguros S.A. (b)	BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	EABS Serviços de Assistência e Participações S.A.	Total
Dados das investidas						
Capital social	-	-	1.350.000	859.011	46.247	-
Quantidade de ações possuídas:						
ON	-	-	-	56.807.624	10.890	-
PN	-	-	212.422	-	-	-
Percentual de participação	-	-	21	7	50	-
Total de ativos	-	-	10.470.286	1.031.684	75.339	-
Total de passivos líquido de provisões judiciais	-	-	8.016.685	1.091	9.083	-
Total de provisões judiciais	-	-	160.855	-	303	-
Patrimônio líquido	-	-	2.292.746	1.030.593	65.953	-
Total de receitas	-	-	965.105	135.746	4.410	-
Lucro líquido do período	-	-	264.651	129.971	2.951	-
Saldo em 1º janeiro de 2012	28.130	-	473.549	60.146	31.501	593.326
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	1.029	-	-	1.029
Baixa	(26.527)	-	-	-	-	(26.527)
Dividendos	-	-	(46.044)	-	-	(46.044)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.603)	-	58.496	8.680	1.476	67.049
Saldo em 30 de junho de 2012	-	-	487.030	68.826	32.977	588.833
Saldo em 1º de janeiro de 2011	27.152	46.022	453.108	-	27.484	553.766
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	(161)	-	-	(161)
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	(37.056)	-	(152)	(37.208)
Resultado de equivalência patrimonial	836	4.834	32.343	-	1.631	39.644
Saldo em 30 de junho de 2011	27.988	50.856	448.234	-	28.963	556.041

(a) Participação acionária vendida em maio de 2012 para a Bradesco Seguros S.A., pelo valor patrimonial de R\$ 26.527 referente a 48.279.999 ações ordinárias da Atlântica Companhia de Seguros.

(b) Equivalência patrimonial com base no balanço de 30 de abril de 2012.

12. Imobilizado

	Saldo em 31/12/11	Aquisição	Depreciação	Saldo em 30/06/12
Terrenos e imóveis	1.730	-	(10)	1.720
Bens móveis	12.212	1.512	(1.365)	12.359
Outras imobilizações	20.354	4.522	(3.301)	21.575
Total	34.296	6.034	(4.676)	35.654

13. Ativos intangíveis

	Saldo em 31/12/11	Aquisição	Amortização	Saldo em 30/06/12
Sistema de computação	35.176	31.405	(4.662)	61.919
Marcas e patentes	9	-	-	9
Outros intangíveis	13.565	430	(953)	13.042
Total	48.750	31.835	(5.615)	74.970

14. Obrigações a pagar

	30/06/12	31/12/11
Partes relacionadas (Nota 23)	4.822	46.288
Participação nos lucros a pagar	8.214	16.644
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	1.062	8.619
Fornecedores	344	143
Outras obrigações	103.451	105.328
Total	117.893	177.022

15. Impostos e contribuições

	30/06/12	31/12/11
Imposto de renda	-	7.839
Contribuição social	-	5.028
COFINS	7.062	8.392
PIS	1.148	1.364
Total	8.210	22.623

16. Depósitos de terceiros

	30/06/2012				Total
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Cobrança antecipada de prêmios	17.115	4.919	3.781	-	25.815
Prêmios e emolumentos	25.166	2.068	932	1.310	29.476
Outros depósitos	721	3.153	1.389	1.417	6.680
Total	43.002	10.140	6.102	2.727	61.971

	31/12/2011				Total
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Cobrança antecipada de prêmios	16.047	2.989	3.666	-	22.702
Prêmios e emolumentos	24.098	5.486	2.661	2.228	34.473
Outros depósitos	875	3.889	1.101	747	6.612
Total	41.020	12.364	7.428	2.975	63.787

17. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a. Composição

	30/06/12	31/12/11
Provisão de prêmios não ganhos	2.099.448	1.966.745
Provisão de sinistros a liquidar administrativo	927.518	694.010
Provisão de sinistros a liquidar judicial	608.077	563.516
Provisão de IBNR	703.580	665.137
Outras provisões	35.122	19.735
Total das provisões	4.373.745	3.909.143

b. Movimentação das provisões técnicas de seguros

	2012	2011
Saldo em 1º janeiro	3.909.143	3.544.263
(-) Seguros DPVAT e retrocessões	(108.919)	(82.870)
Subtotal em 1º janeiro	3.800.224	3.461.393
Constituição	1.674.682	1.408.000
Sinistros pagos	(1.294.173)	(1.166.951)
Ajuste de estimativa de sinistros	19.985	(2.690)
Atualização monetária e juros	23.668	10.725
Subtotal em 30 de junho	4.224.386	3.710.477
(+) Seguros DPVAT e retrocessões	149.359	109.666
Saldo em 30 de junho	4.373.745	3.820.143

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	335.741	287.405
Constituição	1.884.731	2.174.026
Reversões	(1.870.177)	(2.138.826)
Saldo em 30 de junho	350.295	322.605

d. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro							Total
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Montante estimado para os sinistros								
No ano do aviso	1.973.333	1.665.802	1.686.277	1.075.658	2.051.071	2.406.654	2.630.295	1.594.260
Um ano após o aviso	1.910.261	1.596.438	1.625.876	1.031.729	2.029.535	2.385.506	2.613.964	-
Dois anos após o aviso	1.874.635	1.570.004	1.584.845	1.011.255	2.010.103	2.370.826	-	-
Três anos após o aviso	1.866.735	1.574.554	1.581.404	1.000.755	2.006.440	-	-	-
Quatro anos após o aviso	1.872.700	1.568.711	1.585.868	998.134	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	1.878.593	1.576.505	1.587.339	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	1.874.098	1.577.065	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	1.874.764	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	1.874.764	1.577.065	1.587.339	998.134	2.006.440	2.370.826	2.613.964	1.594.260
Pagamentos de sinistros efetuados	1.783.939	1.533.719	1.527.160	916.827	1.901.116	2.207.730	2.309.442	1.000.336
Provisão de sinistros a liquidar	90.825	43.346	60.179	81.307	105.324	163.096	304.522	593.924
1.442.523								

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT e Retrocessão no montante R\$ 93.072.

Sinistros líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro							Total
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Montante estimado para os sinistros								
No ano do aviso	1.676.231	1.433.958	1.411.018	851.308	1.785.979	2.252.425	2.434.366	1.341.372
Um ano após o aviso	1.633.238	1.388.380	1.374.822	838.116	1.767.571	2.226.547	2.426.271	-
Dois anos após o aviso	1.594.387	1.385.892	1.371.502	826.988	1.760.401	2.217.472	-	-
Três anos após o aviso	1.596.625	1.390.160	1.368.952	836.236	1.760.448	-	-	-
Quatro anos após o aviso	1.610.378	1.390.591	1.376.028	835.630	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	1.626.517	1.401.369	1.377.991	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	1.638.078	1.402.885	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	1.639.700	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	1.639.700	1.402.885	1.377.991	835.630	1.760.448	2.217.472	2.426.271	1.341.372
Pagamentos de sinistros efetuados	1.590.575	1.370.666	1.343.378	780.683	1.685.972	2.107.881	2.198.003	984.458
Provisão de sinistros a liquidar	49.125	32.219	34.613	54.947	74.476	109.591	228.268	356.914
940.153								

e. Aging de sinistros judiciais

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	Acima de 4 anos	Total (*)
Sinistro Bruto de Resseguro	136.741	111.483	302.550	550.774
Sinistro Líquido de Resseguro	134.640	106.733	244.289	485.662

(*) Valores líquidos das operações do convênio DPVAT que corresponde a R\$ 57.303.

f. Desenvolvimento da provisão sinistro judicial

	PSL	Resseguros
Saldo do início do semestre	516.833	62.435
Total pago no período	(108.693)	(1.184)
Total provisionado até o fechamento do período anterior para ações pagas no período	(76.625)	(908)
Quantidade de ações pagas no período	5.453	61
Novas constituições no período	153.837	4.950
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	8.600	362
Novas constituições referentes a citação do período	87.150	1.587
Novas constituições referentes a citação de período anteriores	66.687	3.363
Baixa da provisão por êxito	(12.384)	(543)
Baixa da provisão alteração de estimativas e probabilidades	(16.119)	(968)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros judiciais	17.300	422
Saldo final do semestre (*)	550.774	65.112

(*) Valores líquidos das operações do convênio DPVAT que corresponde a R\$ 57.303.

18. Tributos diferidos

	30/06/12	31/12/11
Ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda	79.336	31.556
Atualização monetária de depósitos judiciais	24.784	23.326
Reserva de reavaliação	427	427
Total	104.547	55.309

19. Provisões trabalhistas

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

i. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

• INSS - Vínculo de emprego

Valor provisionado em 30 de junho de 2012 de R\$ 6.803 (R\$ 6.715 em 31 de dezembro de 2011) onde se discute a contribuição previdenciária sobre a existência de suposto vínculo de emprego de prestadores de serviços.

• INSS - Contribuição previdenciária

Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) – Valor provisionado e depositado judicialmente, em 30 de junho de 2012, é de R\$ 54.983 (R\$ 51.120 em 31 de dezembro de 2011). Discute-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

ii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

iii. Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

iv. Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
--	---------	--------------	--------



- (a) Refere-se ao roteio de despesas administrativas compartilhadas é efetuada a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros e Previdência, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros e Previdência.
- (b) Corresponde a despesas operacionais de titularidade da Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros pagos pela Atlântica Companhia de Seguros. O ressarcimento ocorreu em 2012.
- (c) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais
- Remuneração do pessoal chave Administração**
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros e Previdência.
- Em 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 10.000, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 10.000 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a Administradores	30/06/12	30/06/11
Proventos	2.680	4.015
Encargos sociais	603	903
Planos de previdência complementar de contribuição definida	3.979	3.202
Total	7.262	8.120

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24. Principais ramos de atuação

Ramos	30/06/12			
	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Automóvel/RCF	1.575.664	1.485.166	74	19,13
Compreensivo residencial	174.337	153.514	7	25,61
DPVAT	66.919	65.757	89	1,48
Riscos nomeados e operacionais	57.471	56.867	128	9,22
Transporte nacional/internacional/RC cargas	50.595	52.693	49	15,91
Compreensivo empresarial	39.356	40.643	35	35,53
Riscos diversos	39.998	37.122	14	14,6
Crédito doméstico	31.834	33.686	55	0,03
Marítimo/Aeronáutico	27.889	26.357	97	16,86
Responsabilidade civil geral	10.451	11.884	123	26,23
Demais	166.868	111.633	141	16,21
Total	2.241.382	2.075.322		

Ramos	30/06/2011			
	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Automóvel/RCF	1.420.089	1.364.746	71,25	18,44
Compreensivo residencial	146.052	111.515	14,33	25,9
Transporte nacional/internacional/RC cargas	81.547	75.081	50,64	18,39
DPVAT	53.048	52.803	88,19	1,47
Riscos nomeados e operacionais.....	39.726	46.714	304,22	7,38
Compreensivo empresarial	40.841	40.511	45,65	34,92
Riscos diversos	36.159	35.688	25,44	9,04
Marítimo/Aeronáutico	28.544	33.557	(40,09)	13,21
Crédito doméstico	31.762	30.831	30,34	(4,59)
Responsabilidade civil geral	9.778	6.583	93,42	21,2
Demais	97.673	71.188	44,11	14,02
Total	1.985.219	1.869.217		

25. Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos líquidos.....	30/06/12	30/06/11
Prêmios diretos.....	2.110.325	1.916.292
Prêmios de cossegueros aceitos.....	78.947	35.283
Prêmios convênio DPVAT.....	66.919	53.048
Prêmios cedidos cossegueros.....	(14.819)	(19.480)
Prêmios de retrocessões.....	10	76
Total	2.241.382	1.985.219
b. Sinistros ocorridos	30/06/12	30/06/11
Sinistros diretos.....	(1.522.902)	(1.208.869)
Sinistros de cossegueros aceitos e retrocessões.....	(17.732)	(88.325)
Sinistros de consórcios e fundos	(40.478)	(36.088)
Serviço de assistência	(30)	(304)
Recuperação de sinistros.....	1.775	1.658
Salvados e ressarcimentos.....	109.203	99.258
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(30.904)	(43.369)
Total	(1.501.068)	(1.276.039)
c. Custos de aquisição	30/06/12	30/06/11
Comissões sobre prêmios emitidos	(388.772)	(346.117)
Comissões sobre prêmios cancelados	27.430	18.788
Comissões sobre prêmios restituídos.....	5.621	5.374
Comissões sobre prêmios de cossegueros cedidos.....	460	520
Despesas com inspeção de riscos.....	(22.752)	(21.511)
Varição das despesas de comercialização diferidas.....	28.080	(21.574)
Outras despesas de comercialização	(33.650)	34.113
Total	(383.583)	(330.407)

d. Outras receitas e despesas operacionais	30/06/12	30/06/11
Despesas de seguros	(146.462)	(82.176)
Despesas com administração de apólice.....	(13.785)	(12.490)
Contribuições sobre comissões	(2.467)	(2.177)
Provisão para riscos de crédito	9.445	14.807
Provisão de processos judiciais cíveis.....	5.276	2.960
Receita com DPVAT	607	265
Total	(147.386)	(78.811)

e. Resultado com resseguro	30/06/12	30/06/11
Prêmios resseguros cedidos.....	(130.755)	(101.627)
Recuperação de indenização de resseguro.....	219.247	121.704
Varição das provisões técnicas – resseguro cedido	19.831	20.047
Varição da provisão IBNR – resseguro	6.226	(6.970)
Participação nos lucros	282	88
Total	114.831	33.242

f. Despesas administrativas	30/06/12	30/06/11
Despesas com pessoal próprio.....	(107.994)	(109.354)
Honorários da administração	(2.685)	(4.015)
Ordenados	(55.625)	(53.487)
INSS/FGTS	(17.060)	(18.292)
Planos de previdência privada	(8.910)	(7.250)
Outras	(23.714)	(26.310)
Despesas com serviços de terceiros	(163.013)	(186.222)
Despesas com localização e funcionamento	(59.751)	(61.631)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(4.725)	(2.418)
Despesas com publicações	(763)	(395)
Despesas com donativos e contribuições	(1.022)	(1.067)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(2.933)	(3.011)
Despesas administrativas diversas	(1.372)	(917)
Total	(341.573)	(365.015)

g. Despesas com tributos	30/06/12	30/06/11
Despesas com PIS.....	(5.884)	(5.641)
Despesas com COFINS.....	(36.207)	(34.706)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.516)	(1.174)
Outras despesas com tributos	(1.500)	(1.501)
Total	(45.107)	(43.022)

h. Resultado financeiro	30/06/12	30/06/11
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	170.502	195.373
Receitas com títulos de renda variável	94	90
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais	3.645	3.758
Receitas com operações de seguros e resseguros	54.437	34.028
Outras receitas financeiras	12.490	5.161
Subtotal	241.168	238.410
Despesas financeiras		
Tributação sobre operações financeiras	(11.746)	(10.909)
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros	(34.905)	(19.662)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(1.700)	(2.211)
Outras despesas financeiras.....	(12.650)	(10.182)
Subtotal	(61.001)	(42.964)
Total	180.167	195.446

i. Resultado financeiro por categoria	30/06/12	30/06/11
Ativos disponíveis para venda	108.443	123.024
Ativos a valor justo por meio do resultado	62.059	72.349
Total	170.502	195.373

j. Despesas de imposto de renda e contribuição social	30/06/12	30/06/11
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no semestre sobre adições temporárias	(10.927)	(12.702)
Subtotal	(10.927)	(12.702)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(169)	(21.851)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(11.096)	(34.553)

26. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	30/06/12	30/06/11
Resultado antes de impostos e participações	97.417	127.080
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente	(38.967)	(50.832)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	26.819	15.858
Participações no resultado	4.373	3.764
Doações e patrocínios	(159)	(155)
Multas indedutíveis	(66)	(49)
Demais doações e brindes.....	(374)	(563)
Contribuição entidade de classe	(238)	(229)
Dividendos	23	16
Outros	(2.507)	(2.363)
Imposto de renda e contribuição social do período	(11.096)	(34.553)
Alíquota efetiva	11,39	27,19

27. Relatório do Comitê de Auditoria
Em consonância com a Resolução nº 118/2004, o resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 20 de julho de 2012.

DIRETORIA

Ricardo Saad Affonso	Diretor Presidente	Isair Paulo Lazzarotto	Diretor	Saint' Clair Pereira Lima
Carlos Eduardo Corrêa do Lago	Diretor Gerente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Atuário - MIBA nº 943
Marco Antônio Gonçalves	Diretor Gerente	Humberto Marques Siqueira da Silva	Diretor	
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente	Enrique Adan Y Coello	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
		Tárcisio José Massote de Godoy	Diretor	Contador CRC-RS 034447/O-7-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Administradores e Acionistas da
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

As demonstrações contábeis do IRB – Brasil Resseguros S.A., mencionadas na Nota Explicativa nº 11 que serviram de base para os cálculos de equivalência patrimonial do semestre findo em 30 de junho de 2012, não foram examinadas por auditores independentes. O valor do investimento em 30 de junho de 2012 e o resultado de equivalência patrimonial registrado no semestre findo naquela data foram de R\$ 487.030 mil e R\$ 58.496 mil, respectivamente. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste será necessário nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, caso as demonstrações contábeis do IRB – Brasil Resseguros S.A. tivessem sido examinadas por auditores independentes.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" se houver, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora
CRC 1RJ079849/O-3

Érika Carvalho Ramos
Contadora
CRC 1SP224130/O-0 S-RJ